

# a.obra.nasce

revista.de.arquitetura.e.urbanismo.da.universidade.fernando.pessoa

11

# ficha técnica

## Título | Serial title

**A OBRA NASCE**  
revista de Arquitetura e Urbanismo  
da Universidade Fernando Pessoa  
nº11, dezembro de 2016

## Edição | Publisher

edições Universidade Fernando Pessoa  
Praça 9 de Abril, 349 | 4249-004 Porto  
Tlf. +351 225 071 300 | Fax. +351 225 508 269  
edicoes@ufp.pt | www.ufp.pt

## Conselho Editorial | Editorial

Editor-in-Chief:

**Luis Pinto de Faria** (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

co-Editors:

**Rui Leandro Maia** (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

**Sara Sucena** (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

## Conselho Científico | Scientific Advisory Board

**Antonella Violano** (Facoltà di Architettura "Luigi Vanvitelli"  
della Seconda Università degli Studi di Napoli)

**Avelino Oliveira** (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

**Clovis Ultramarí** (Professor na Pontifícia Universidade Católica do Paraná)

**Conceição Melo** (Mestre em Projecto e Planeamento do Ambiente Urbano FAUP/FEUP)

**João Castro Ferreira** (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

**Luis Pinto de Faria** (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

**Miguel Branco Teixeira** (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

**Paulo Castro Seixas** (Professor Associado no ISCSP – Universidade de Lisboa)

**Rui Leandro Maia** (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

**Sandra Treija** (Vice-Dean of the Faculty of Architecture  
and Urban Planning of Riga Technical University)

**Sara Sucena** (Professora Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

**Teresa Cáliz** (Professora Auxiliar na Faculdade  
de Arquitectura da Universidade do Porto)

## Composição

**Oficina Gráfica da Universidade Fernando Pessoa**

ISSN

2183-427X

Reservados todos os direitos. Toda a reprodução ou transmissão, por qualquer forma, seja esta mecânica, electrónica, fotocópia, gravação ou qualquer outra, sem a prévia autorização escrita do autor e editor é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

# **O REJUVENESCIMENTO URBANO. Cinquenta anos de observação sociodemográfica em Portugal**

## **URBAN REJUVENATION. Fifty years of sociodemographic observation in Portugal**

### **Rui Leandro Maia**

Professor Associado, Faculdade de Ciências Humanas  
e Sociais, Universidade Fernando Pessoa, Portugal  
MFP Energy, Environment and Health Research Unit (FP-ENAS),  
Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal  
[rlmaia@ufp.edu.pt](mailto:rlmaia@ufp.edu.pt)

### **Luís Pinto de Faria**

Professor Associado, Faculdade de Ciência e Tecnologia,  
Universidade Fernando Pessoa, Portugal  
CAAP – Centro de Administração e Políticas Públicas, ISCSP\_UL  
LEP – Laboratório de Estudos e Projetos, FCT-UFP  
[lpintof@ufp.edu.pt](mailto:lpintof@ufp.edu.pt)

**RESUMO**

Faz-se uma leitura do Portugal urbano tendo por referência a evolução ao longo dos últimos cinquenta anos da estrutura etária e, em dinâmica, da capacidade ou da perda de rejuvenescimento demográfico.

Partindo do princípio de que a população constitui um dos ativos mais importantes para a caracterização dos territórios considera-se:

– O papel da mobilidade espacial no alargamento e na reestruturação da malha urbana, com a passagem de um modelo de ocupação dos espaços assente na fixação de populações para um outro assente na pendularidade.

– O desafio da auto-sustentação e da adaptação dos espaços urbanos em função das características da população que, sobretudo marcada pelo envelhecimento, impõe reestruturas e adoções de políticas globais de forte pendor social.

**Palavras-chave**

Cidade; Envelhecimento; Mobilidade; Competitividade; Reestruturação; Políticas Sociais

**1. INTRODUÇÃO**

Observar as transformações em Portugal continental com base em variáveis demográficas ao longo de cinquenta anos, privilegiando a observação sincrónica pelos extremos temporais, segundo as fontes disponíveis, em detrimento da observação diacrónica, deixa-nos uma primeira impressão: entre 1960 e 2011 a ocupação humana do território mudou profundamente, em consequência da conjugação de uma série de forças que, de alguma forma, se inscrevem numa estrutural tendência marcada por duas dimensões fundamentais:

(i) A mobilidade, que, ao longo do tempo, se foi assumindo pela pendularidade em substituição de mudança residencial, provocando, por isso, uma modificação na forma como, espontaneamente ou deliberadamente, o território global é utilizado e como as suas componentes se articulam em lógicas complementares e concorrentes.

**ABSTRACT**

The paper focuses on the relation between the Portuguese urban territory's features and its demographic evolution during the last fifty years.

Assuming that the «population» is one of the most important assets of a territory, two main issues considering its characterization are embraced here:

– The role of the urban mobility on the process of extension and of reorganization of the Portuguese's urban grids, considering the shift from a model based on internal mobility to another based on obligatory movements involving commuting between locations of residence and work.

– The new social and demographic agendas, inevitably compromised to the new ageing population, as significant pillars for urban sustainability and as a challenge for future urban strategies and public politics.

**Keywords**

City; Ageing; Mobility; Competitiveness; Restructuring; Social Policies

(ii) A longevidade traduzida, pela extensão da duração média de anos de vida, num envelhecimento das populações que, por associação com a redução da capacidade reprodutiva, se repercute em toda a organização societária, embora com impactes de graus distintos em função da natureza dos territórios.

As repercussões destas duas dimensões, sendo embora de natureza global, influem particularmente sobre os espaços urbanos com grandes responsabilidades nas formas que, no tempo, eles foram assumindo, designadamente por ajudarem a dirimir as dimensões funcionais e paisagísticas do que tradicionalmente se tinha por espaços urbanos e por espaços rurais.

As transformações foram ocorrendo por si em cada território sem que existisse propriamente uma consciência de que neles se operavam modificações sistémicas, ou seja, que estavam e estão para além das suas fronteiras, sendo, por

isso, do ponto de vista urbanístico, interessante fazer-se o enquadramento do debate pela requalificação e regeneração urbana centrada na racionalidade que o planeamento exige se pensado ao serviço dos cidadãos e dos ganhos em qualidade de vida que lhe estão em expectativa associados.

O crescimento da população urbana é uma realidade não reversível: os espaços urbanos concentram mais de metade da mundial (UN 2014: II), realidade que coloca, a técnicos e a decisores, importantes desafios centráveis da questão da sustentabilidade que, com simplificação explicativa, poderemos equacionar em duas dimensões:

(i) A que se associa aos países que, tendo feito a transferência de cidades industriais para cidades de serviços, com o crescimento efetivo de perímetros de representação, se debatem hoje com problemas de acessibilidades, de poluição atmosférica, de adaptação a mudanças de estrutura demográfica e a equipamentos e a meios adequados que lhes correspondam. É o desafio de poderem ajustar a organização societária à estrutura populacional. Trata-se de, sobretudo, serem capazes de planear os espaços urbanos a escalas correspondentes a realidades de ocupação que, como adiante se discutirá, não correspondem a limites político-administrativos vigentes.

(ii) A que se associa aos países de “economias emergentes” marcados por espaços de crescimento espontâneo e desorganizado, sem planeamento, que procuram encontrar respostas traduzíveis em modificação de condições por somatório de infraestruturas, de habitações ou de espaços públicos.

Se atendermos, por outro lado, a que existem hoje trinta e uma cidades com mais de 10 milhões de habitantes e que, destas, vinte e quatro localizam-se em zonas menos desenvolvidas do hemisfério sul, sem condições mínimas de habitabilidade, de segurança ou de saúde, deduzimos o fracasso dos objetivos “desenvolvimentistas” para os espaços urbanos e o enorme acréscimo de responsabilidade que cada vez mais recai sobre os vários agentes que planeiam, condicionam e sustentam estes territórios de densa ocupação humana (UN 2014: 2-9).

É justamente em função de desafios e de responsabilidades que se justifica repensar a forma como os espaços se agregam, organizam, tendo por base a dimensão humana que tipifica a sua utilização e que tem vindo, como se perceberá para Portugal, a mudar de forma muito significativa. As populações mudaram mas a natureza da organização dos espaços, em termos políticos e administrativos, permaneceu, provocando uma desfasamento face à realidade e às necessidades que urge ultrapassar: “O espaço não é um reflexo da sociedade, é a sociedade” (Castells 1983: 4). Temos cada vez mais uma sociedade que, na sua relação com o ecossistema, do ponto de vista da sua sustentabilidade e na forma com se organiza, não cabe nos espaços que a confinam e que a gerem sem atender aos seus comportamentos reais.

Conscientes do “papel” das cidades enquanto importantes “motores” do desenvolvimento sustentável, questiona-se o modo como as políticas públicas devem tender a assumir, na sua fundamentação e como seu principal objeto, aquele que aqui se considera o seu principal recurso: a população.

## 2. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Com suporte em informação demográfica proveniente dos censos de 1960 e de 2011 é apresentada uma análise, por idades e por género, sustentada em indicadores macrodemográficos.

A observação territorial, detalhada por municípios, tem em conta estruturas etárias, grupos funcionais, índices-resumo, crescimento da população e densidades.

São tidos ainda em consideração indicadores microdemográficos disponíveis, por referência a um tempo mais próximo, entre 1981 e 2013, que, para as cidades e áreas metropolitanas, descrevem saldos fisiológicos, migratórios e totais.

Em utilização de procedimentos metodológicos clássicos (Cf. Nazareth 1988), os resultados das observações assumem representação gráfica apresentada em anexo.

### 3. ALTERAÇÕES ESTRUTURANTES DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA

A observação da evolução demográfica continental e, em concreto, nos espaços urbanos ao longo dos últimos cinquenta anos, a partir dos dados fornecidos pelos censos, evidencia um conjunto de transformações que, de natureza múltipla, se traduzem na “falência” da estrutura clássica piramidal, que, progressivamente, foi assumindo configuração “cônica”, deixando antever uma espécie de inversão tradutora de uma conjugação de redução de capacidade reprodutiva com adição de anos de vida: tem havido como que uma espécie de capicua de grupos etários que, no limite, tenderá a colocar “de baixo para cima” o vértice da pirâmide.

A asserção, embora com *nuances* de intensidade, tem aplicação universal pelo duplo envelhecimento demográfico, de base e de topo, sendo embora de destacar as cidades, pelas dinâmicas e metamorfoses que provocam, enquanto espaços de acolhimento e de trânsito de populações.

Se analisada a realidade portuguesa neste meio século, para além do número, numa população residente que, globalmente, passou de 8.889.392 para 10.562.178 habitantes, um acréscimo de 18,8 por cento, é muito na distribuição espacial que se joga grande parte das explicações para o que está e o que vai acontecer. O tema é “histórico” pela recorrência com que tem sido tratado, do ponto de vista académico, ao longo de uma boa parte do século passado.

A mobilidade geográfica resulta da deslocação do emprego, dos serviços e da oferta habitacional que se faz por um jogo permanente, embora estendido no tempo, entre territórios portadores de autonomia parcial que, simultaneamente, se disputam e complementam de tal forma que vão, por simbiose, criando condições de refundação (Maia 2014).

O uso dos espaços foi-se transformando no tempo pela ação conjugada da deslocação de recursos e de pessoas e também pela modificação da estrutura da população.

Trata-se de um processo de “encurtamento de espaços” que não tem sido acompanhado de equivalente transformação nas formas de regulação e de gestão dos territórios,

com tradução insuficiente em termos de racionalização no uso de recursos e de planeamento.

A dispersão de meios e de pessoas, surgindo embora como uma oportunidade ao desenvolvimento harmonioso, não tem tido equivalente acompanhamento na forma como a gestão do território tem ocorrido. Se vista a questão, por exemplo, a uma escala metropolitana, não têm sido os municípios integrantes capazes de edificarem políticas que aí se situem quando, na verdade, as respetivas populações se assumem, nas vivências quotidianas, entre territórios e não, hermeticamente, em cada um deles. Dito de uma outra forma: as necessidades e as práticas quotidianas das populações em muito extravasam os limites geográficos dos municípios de residência, sendo, por isso, necessário ampliar a escala de intervenção e de gestão dos territórios como forma de servir e de racionalizar recursos.

O que tem acontecido, num contínuo de meio século, do ponto de vista demográfico, facilita a implementação de princípios de sustentabilidade territorial que, nomeadamente, vão no sentido da desconcentração de pessoas e de recursos e do facilitamento do ordenamento territorial intermunicipal capaz de se traduzir em progresso social, em proteção ambiental, em uso racional de bens naturais e na manutenção de níveis elevados e estáveis de crescimento e de emprego.

Estamos hoje numa realidade que resultou do plasmar do que se entende por urbano para os territórios que se percebia, em separação funcional clara, por rural: o espaço urbano invadiu, com intermitências, o espaço rural e o que se chama cidade ampliou-se, ganhou escala, inclui o que dantes não lhe pertencia, pese embora, e esse é um dos desafios do que há para ultrapassar, a dimensão administrativa e política de gestão territorial estar confinada ao que há muito não tem correspondência, trazendo essa realidade constrangedora dificuldades de cumprimento dos grandes desafios do nosso tempo em matéria de gestão de recursos e de implementação de políticas que andem a par da forma como os indivíduos se plasmam nos espaços, em consequência, sobretudo da assunção da mobilidade “total” como processo civilizacional de permanente ligação que foi excluindo as lógicas fixistas de associação entre locais de trabalho e locais de residência.

É por isso também que, num outro exemplo, os espaços culturais não são hoje coincidentes com os espaços físicos, levando a que quaisquer agendas locais de afirmação cultural sejam sempre, sobretudo quando falamos de periferias, tentativas fugazes de afirmação por ausência de escala e por flutuação pendular de população que sempre lhes empresta, por um espetro espacial mais abrangente, dimensão e densidade.

A cidade é muito mais, nesse sentido, do que as suas fronteiras administrativas.

#### 4. EVIDÊNCIAS: OLHAR O PAÍS PELOS MUNICÍPIOS

Em cinquenta anos de observação do território à escala municipal, pela taxa de crescimento anual médio, entre valores que registam uma evolução negativa e valores que registam uma evolução positiva, podemos evidenciar que:

(i) o número de municípios na primeira condição é substancialmente superior com clara filiação ao interior, espaço alargado que, embora de forma grosseira, bem se pode atribuir a cerca de dois terços do território continental.

(ii) O crescimento positivo é assumidamente urbano numa assunção da cidade bem para além das suas fronteiras habituais, numa marca de pós-industrialização em que o espaço urbano, em jogo de forças entre complementaridade e competitividade, se alargou para periferias, com destaque para os casos de Lisboa e do Porto, e cresce por disponibilização de espaços para atividade económica, para a alocação de serviços e, em associação, para a edificação de grande intensidade decorrente dos ganhos de autonomia que os municípios adquiriram após a reestruturação institucional advinda da revolução de 25 de Abril de 1974 (Fig. 1).

Trata-se, portanto, de um jogo de forças em que o crescimento urbano, numa escala pró-metropolitana, ocorre em consequência bem mais da “drenagem” de pessoas do interior para o litoral do que por obtenção de saldos fisiológicos positivos.

(iii) Estes dados corroboram a estrutural tendência para o aprofundamento das assimetrias espaciais e dão ênfase aos discursos de combate à desertificação do interior do País.

Portugal assume-se como uma “sociedade dualista” (Nunes 1964) em permanente aprofundamento sem que, até hoje, as alternativas avançadas sejam, na prática, consequentes, pese embora os modelos de possível reversão desta realidade poderem e deverem ser ensaiados: é de pensar, sobretudo, uma outra escala territorial – maior – para que se promova um desenvolvimento harmonioso do território pela racionalização de recursos, esbatendo-se logicas de competitividade micro-territoriais, e evidenciando-se, isso sim, lógicas de complementaridade macro-territoriais que contribuam para a desaceleração das assimetrias galopantes entre interior e litoral e, em funcionamento sistémico, conduzam a uma definição funcional, com autonomia e meios de governabilidade, de *clusters* territoriais (Maia 2014; Marques 2004: 419–431).

Por sua vez, numa análise das formas de ocupação do espaço, na mesma escala, verifica-se que:

(i) O País, quase na totalidade, permanece com densidades muito baixas, até 100 habitantes por quilómetro quadrado.

(ii) Em torno das grandes cidades se alargaram os semicírculos das densidades de maior expressão, acima dos 500 habitantes por quilómetro quadrado.

(iii) A distância entre posições que os territórios detêm, por referência à ocupação humana, é muito tradutora de desigualdades: a ocupação humana é, *grosso modo*, cerca de vinte vezes mais expressiva nos municípios urbanos do que nos municípios não urbanos (Fig. 2 e 3).

Muito mais do que o número de habitantes, as mudanças ocorridas, em cinquenta anos, foram sobretudo de estrutura que, na tendência dos países que percorreram o processo de Transição Demográfica, se fez pelo duplo envelhecimento produzido, *lato sensu*, quase em paralelo, pela diminuição do número de jovens e pelo aumento do número de idosos.

São mudanças muito significativas que, a começar pelos jovens, aqui considerando a população entre os 0 e os 14 anos, identificam uma mudança completa de paradigma pela passagem de uma condição total de jovens situados,

em 1960, entre, no mínimo, 21 por cada 100 habitantes e, no máximo, 40 por cada 100 habitantes, para uma outra situação que, em 2011, oscila entre os 6 e os 15 jovens por cada 100 habitantes (Fig.4 e 5).

A distribuição da população potencialmente ativa, situada entre os 15 e os 64 anos, pelo continente, traduz a desigual distribuição dos centros de criação de valor acrescentado, estando, naturalmente, esse grupo etário confluyente com a concentração do tecido produtivo, ou seja, muito pela faixa litoral e urbana, com destaque até no Norte, território de empregabilidade industrial.

Em alguns concelhos – com se percebe, em tendência que se deverá ampliar – a população potencialmente ativa não supera a população potencialmente dependente, assumindo-se, por isso, a sua menor capacidade de autonomia e de desenvolvimento num quadro de sustentabilidade de bem-estar social (Fig.6 e 7).

Contraste de maior impacto, nestes cinquenta anos, está patente na população com 65 e mais anos, que passou de baixa representação, não mais do que 15 por cento, em 1960, para dominância de alta representação, em 2011, em muitos concelhos acima dos 30 por cento, e, nalguns, designadamente os fronteiriços, com tendência a aumentar, entre os 41 e os 45 por cento (Fig.8 e 9).

A observação das mudanças ocorridas neste meio século do ponto de vista da relação entre os jovens e potencialmente ativos, na sequência do que se afirmou, traduz uma clara baixa de tendência do ponto de vista dos “equilíbrios” expectáveis pela lógica da organização societária em consequência da quebra continuada da capacidade reprodutiva de população, bem mais notória no interior do País, e não no reforço relativo equivalente do número dos que se situam na faixa etária dos 15 aos 64 anos.

O abaixamento da dependência de jovens indicia ainda o agravamento da perda de competitividade do País, a caminhar para uma quase “uniformização” de valores pela negativa, tradutora da emergência do revisionismo a que está cada vez mais sujeito o modelo de Estado Social em que assenta a organização societária vigente e que justifica

a assunção de um outro paradigma de regulação da trilogia Sociedade, Estado e Território pela adoção de uma escala de intervenção macro capaz de substituir, em questões estruturantes, a gestão pública municipal pela gestão pública regional (Fig.10 e 11).

São também muito significativas as alterações na relação entre idosos, pessoas com 65 e mais anos, e potencialmente ativos, marcadas por significativo agravamento, que não apenas filiado ao interior do País: passamos de um quadro de baixa dependência para um quadro de alta dependência, o que, naturalmente, reforça os princípios avançados de revisão da relação entre o estado demográfico e o estado social (Fig.12 e 13).

O índice de dependência total, determinado pela junção jovens e de idosos em confronto com os potencialmente ativos, dá conta de um País que, mais no interior, se “tinge” de concelhos de dependências que lhe subtraem autonomia e competitividade, tendo em conta, nomeadamente, que as faixas etárias não traduzem, bem longe disso, os significados atribuídos a “dependência” e a “produção”. Sabemos bem que, em exemplo, os dependentes “escolares” estão muito para além dos 14 anos e que a população ativa, em termos expressivos, pouca representação tem nas faixas etárias mais jovens (Fig.14 e 15).

A capacidade reprodutiva da população, que o índice de maternidade reflete, caminhou, neste meio século, em parte, por generalização dos processos de contraceção e por assunção de estilos de vida mais próximos do urbano tradutores de uma sociedade de baixa reprodução, que balança entre os 11 e os 20 filhos, faixa de maior expressão, e os 21 e 30 filhos por mulher em período fértil (Fig.16 e 17).

Realidade também visível pela quase total inversão de tendência na relação entre os dois grupos etários de base, passando o dos 0 aos 4 anos a perder representação sobre o dos 5 aos 9 anos nos dois retratos sincrónicos apresentados (Fig.18 e 19).

## 5. EVIDÊNCIAS: OLHAR O PAÍS PELAS CIDADES DE LISBOA E DO PORTO

Nos cinquenta anos de observação analisados, as migrações internas, que implicam a mudança de espaços de residência, persistindo embora, deram lugar a migrações pendulares num processo que, em paralelo, acompanha e promove as alterações que os territórios, em acessibilidades e em meios de transporte, conheceram.

As cidades nucleares, por esta via, alargaram-se e deram lugar a metrópoles, esbatendo-se, no que é hoje indefinido, os binómios campo-cidade, e os centros urbanos de "interior" fizeram-se capitais por aglomeração de populações de territórios de periferias contíguas.

Tem o País assistido, a par das alterações de número e de estrutura, a um processo que, de base, ao nível da distribuição da população se pode concatenar na expressão "esvaziamento demográfico":

(i) "esvaziamento demográfico" dos centros urbanos para as periferias urbanas traduzido na afirmação do urbano sobre o não urbano e potenciando em escala o que se apreende por "região".

(ii) "esvaziamento demográfico" do interior em parcial benefício das suas capitais traduzido na criação de "bolsas" de sobrepopulação relativa que afirmam, de certa forma, o modo de vida urbana na "ruralidade".

As cidades nucleares deixaram de assumir a sua tradicional função de receber e integrar migrantes porque justamente se expandiram e, não se confinando às fronteiras político-administrativas, oferecem em rede funções que se estendem a territórios contíguos.

Enquanto centros de serviços e de lazer, a sua procura, em fluxos de massa diários, não se traduzindo em população fixa, faz-se de um vaivém sazonal e diário, limitando-se a fixação aos que de lá são ou estão há muito tempo e, por isso, a uma população mais idosa.

É justamente o que se percebe pela observação das taxas de crescimento anual médio por grupos de idades ao longo destes cinquenta anos: os grupos etários correspondentes à população jovem e produtora não habitam as cidades nucleares, estão em decréscimo, ao invés do subgrupo da população sénior que tem crescido, em tendência a reforçar, de forma significativa (Fig.20).

Mas também das suas estruturas etárias que se alteraram de forma muito evidente entre os retratos de 1960 e de 2011: duplo envelhecimento e perda de competitividade demográfica se se entender, como se defende, que a população, em dimensão e em forma, constitui um dos ativos mais importantes dos territórios (Fig.22 a 24).

Os centros urbanos, Lisboa e Porto, perderam capacidade de rejuvenescimento quando, em grandes grupos, se observa a evolução etária, ou seja, entre jovens e adultos/ativos, em relação aos ganhos muito expressivos de representação do último grande grupo etário, sendo hoje, por isso, espaços que necessitam de adaptação para os idosos na esteira das recomendações internacionalmente fixadas (OMS 2009).

São espaços que acusam uma dupla dependência: a de jovens, que lhes hipoteca o futuro, e a de idosos, que lhes impõe, cada vez mais, uma condição de inatividade endógena e, com isso, os impele para se abrirem ao exterior de acordo com as capacidades, maiores ou menores, de que disponham para se afirmarem pelo património, fazendo valer, na diminuição do número de pessoas, as suas identidades numa escala que há muito deixou de ser nacional (Fig. 25 a 38).

A capacidade de fixação residencial das cidades centrais há muito que se perdeu num processo paralelo, entre reprodução e migração, de perdas, que, nos cinquenta anos de observação, tendo sido feitas, num primeiro momento, em favor de territórios contíguos, concelhos "dormitórios", são já também, nesta década, de natureza metropolitana, em resultado da tendência para abaixamento demográfico absoluto e para a grande ampliação, cada vez mais presente, da capacidade migratória pendular (Fig. 39 e 40).

## 6. CONCLUSÕES

Os cinquenta anos de observação sociodemográfica, essencialmente sincrónica, permitem perceber que o país sofreu grandes alterações de estrutura que se traduzem numa clara modificação das formas de ocupação humana dos territórios aqui analisados à escala municipal e, com maior evidência, urbana.

Mais do que nunca, são os cidadãos quem, independentemente do seu sexo, raça ou habilidade, constituem o principal recurso de uma cidade, garante da sua sustentabilidade e suporte para a sua competitividade. Da perspectiva inversa, sendo a polis, enquanto espaço democrático significativa e palco de oportunidades e encontros, o principal agente facilitador de qualidade de vida e da realização pessoal da sua população, será necessário procurar novas metodologias e ferramentas para a qualificação e gestão do espaço público mais coadunáveis com a responsabilidade social que lhe são próprias.

Se no passado, aspetos como a proximidade a determinadas vias de comunicação (mar, rios, caminhos) foram preponderantes para a fixação de populações num determinado espaço, em virtude das possibilidades de negócio que estas condicionantes propiciavam, hoje também o lugar que é escolhido para viver é preponderante no tipo de oportunidades – de negócio, de emprego ou de índole social – a que um qualquer cidadão pode aceder (Florida, 2004).

Desta perspetiva, considerando a sustentabilidade demográfica do território como base de um qualquer processo de regeneração urbana, os dados aqui apresentados ressaltam aspetos fundamentais a considerar. A saber:

(i) Os contrastes territoriais, traduzidos nos indicadores utilizados, são muito evidentes, sinal claro de um país que continua a acentuar desequilíbrios entre litoral e interior, entre comunidades urbanas e comunidades não urbanas, com a assunção, no fundo, das áreas metropolitanas como polos quase únicos de dinamização.

(ii) Os territórios urbanos centrais estão profundamente marcados por perda de competitividade demográfica

traduzida em redução do número de efetivos e em duplo envelhecimento, de base e de topo, das suas estruturas populacionais.

(iii) As cidades, tanto pela aproximação de valores traduzidos dos indicadores macrodemográficos, como pela importância que, face ao conjunto, assumem os movimentos das populações, são hoje muito mais do que os núcleos, não estando, por isso, em alinhamento com as formas múltiplas de uso das suas estruturas e equipamentos, o que as impele para a reinvenção que supere os modelos de organização político-administrativa que as gere.

Quer isto dizer que, de futuro, a construção da cidade, por ajustamento às formas sociais de uso, poderá ter muito mais ganhos de escala de institucionalização de poderes metropolitanos em detrimento de poderes municipais.

## BIBLIOGRAFIA

**Castells, M.** (1983). Crisis, planning and quality of life, *Environment and Planning D, Mars*, 1, pp. 3–21.

**Florida, R.** (2004). *The rise of the creative class: and how it's transforming work, leisure, community and everyday life*. New York, Basic Books.

**Maia, R.L.A.C.** (2014). Competition and Complementarity: Notes on the International Projection of Europe's West Coast. In: Santos, P. M. e Seixas, P.C. (Ed.). *Globalization and Metropolization. Perspectives in Europe's West Coast*. Berkeley, Berkeley Public Policy Press, pp. 27–39.

**Marques, T.S.** (2004). *Portugal na Transição do Século. Retratos e Dinâmicas Territoriais*. Porto, Edições Afrontamento.

**Nazareth, J.M.** (1988). *Princípios e métodos de análise em demografia portuguesa*. Lisboa, Editorial Presença.

**Nunes, A.S.** (1964). Portugal, sociedade dualista em evolução, *Análise Social*, Vol. II (7–8), pp. 407–462.

OMS (2009). *Guia Global das Cidades Amigas do Idoso*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

UN – United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2014). *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision* (em linha) Acedido: [http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/urbanization/the\\_worlds\\_cities\\_in\\_2016\\_data\\_booklet.pdf](http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/urbanization/the_worlds_cities_in_2016_data_booklet.pdf) (Consultado em 20/12/2016).

## ANEXOS

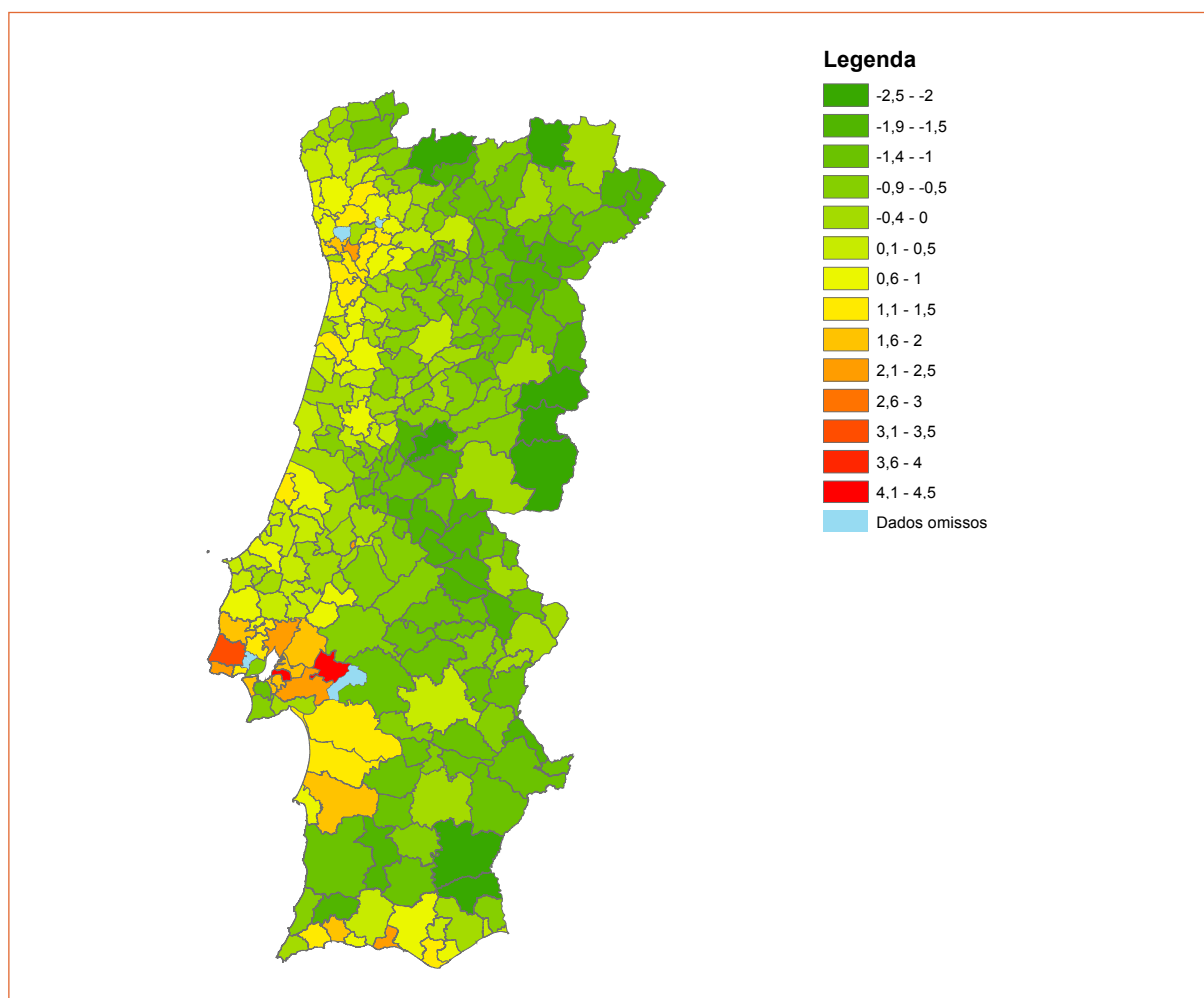


Fig. 1. Taxa de Crescimento Anual Médio por municípios: 1960–2011 Fonte: INE

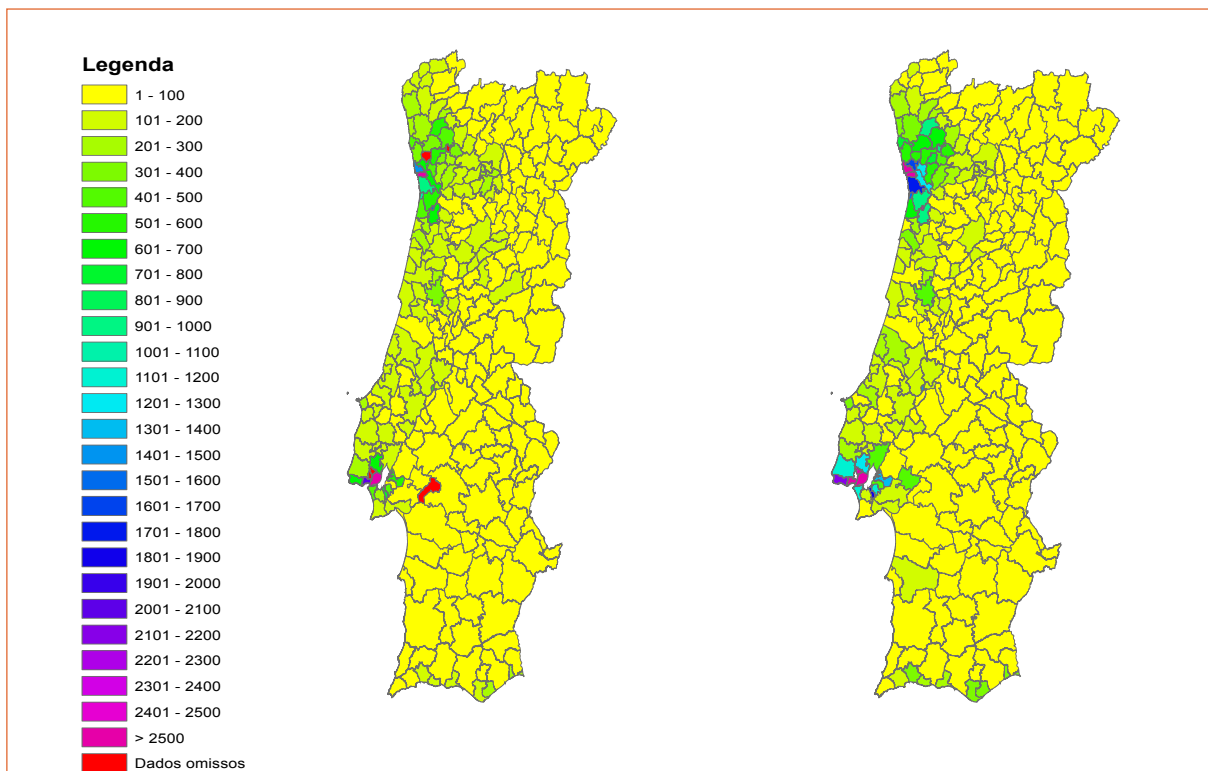


Fig. 2. Densidade populacional por municípios em 1960 Fig. 3. Densidade populacional por municípios em 2011 Fonte: INE

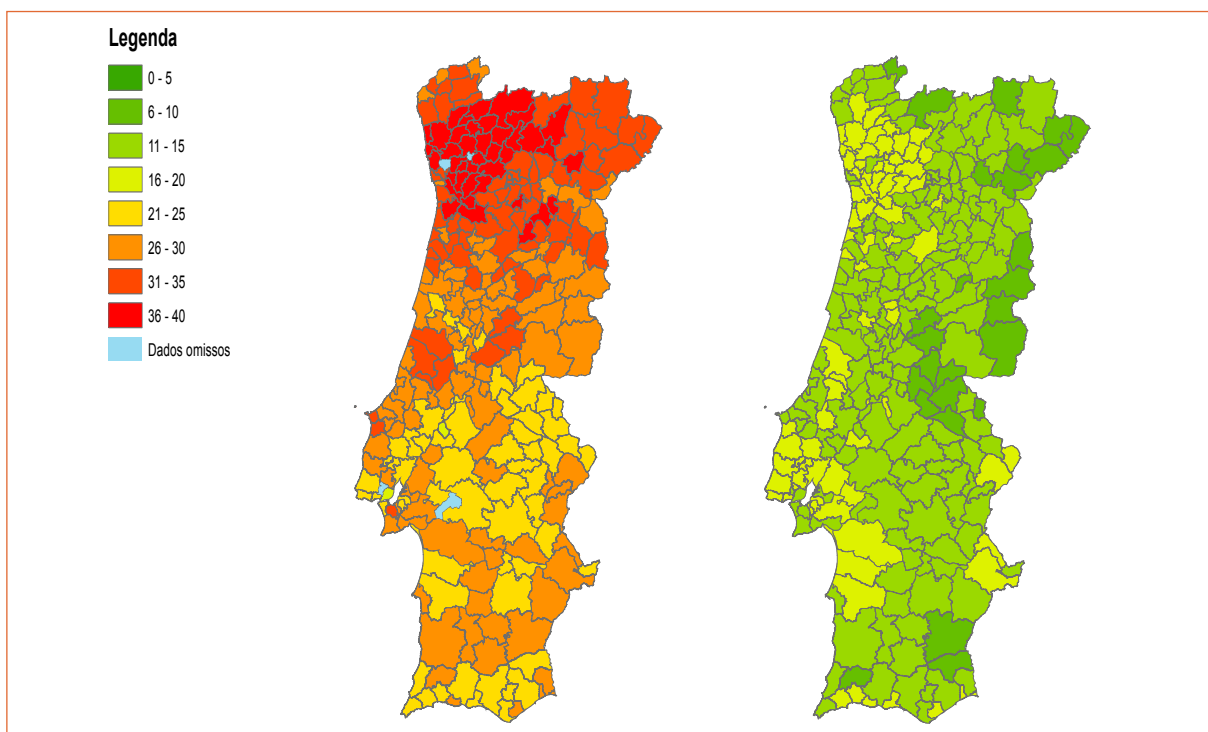
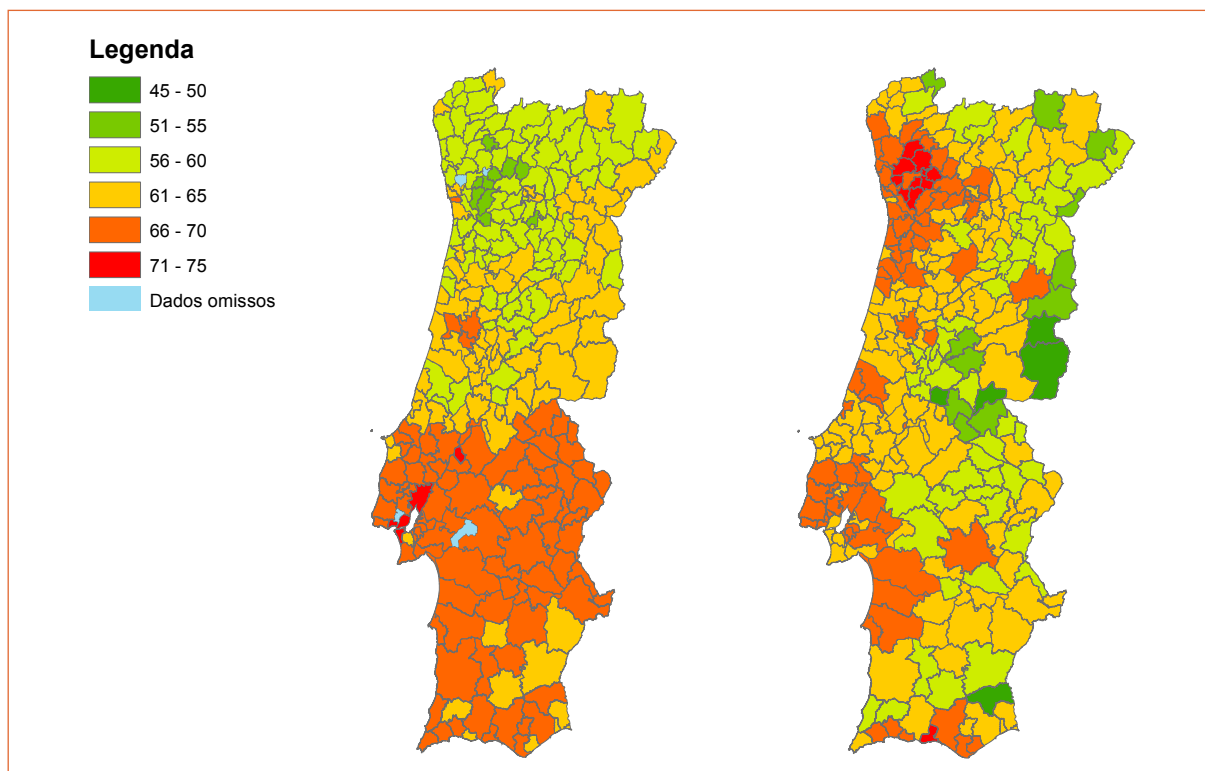
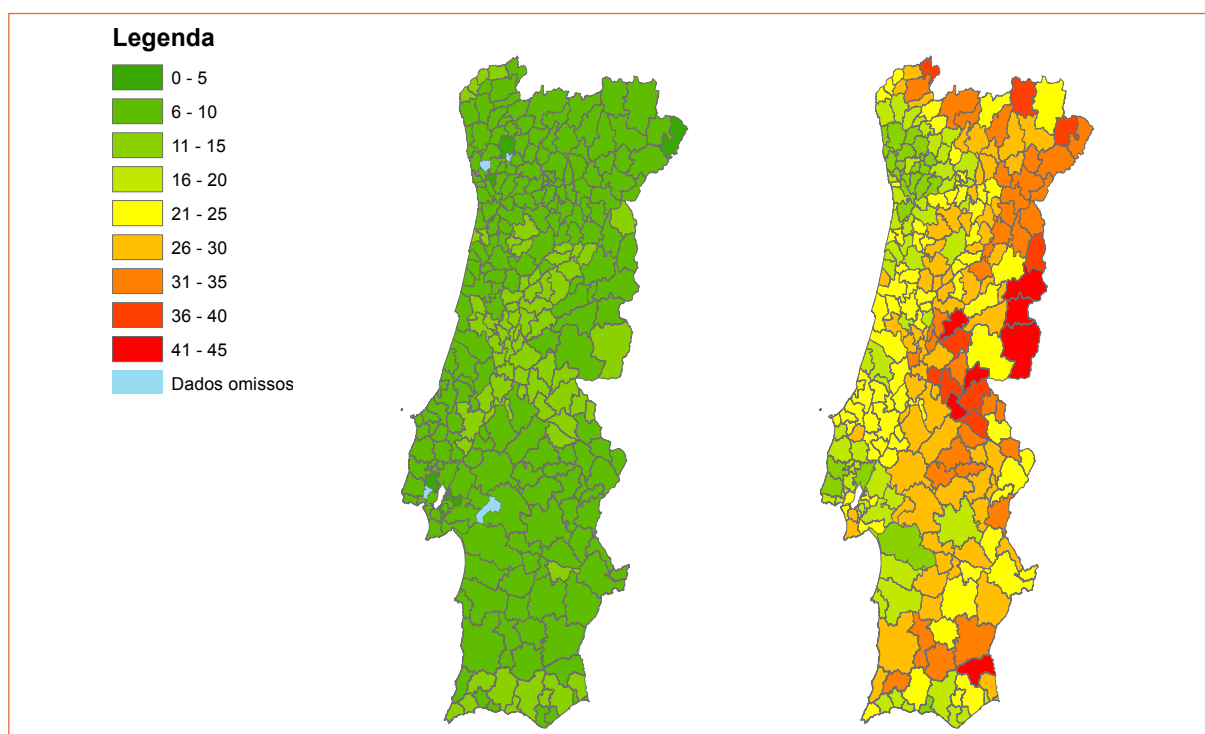


Fig. 4. Percentagem de Jovens 1960 Fig. 5. Percentagem de Jovens 2011 Fonte: INE



**Fig. 6.** Percentagem de Potencialmente Ativos 1960 **Fig. 7.** Percentagem de Potencialmente Ativos 2011 Fonte: INE



**Fig. 8.** Percentagem de Idosos 1960 **Fig. 9.** Percentagem de Idosos 2011 Fonte: INE

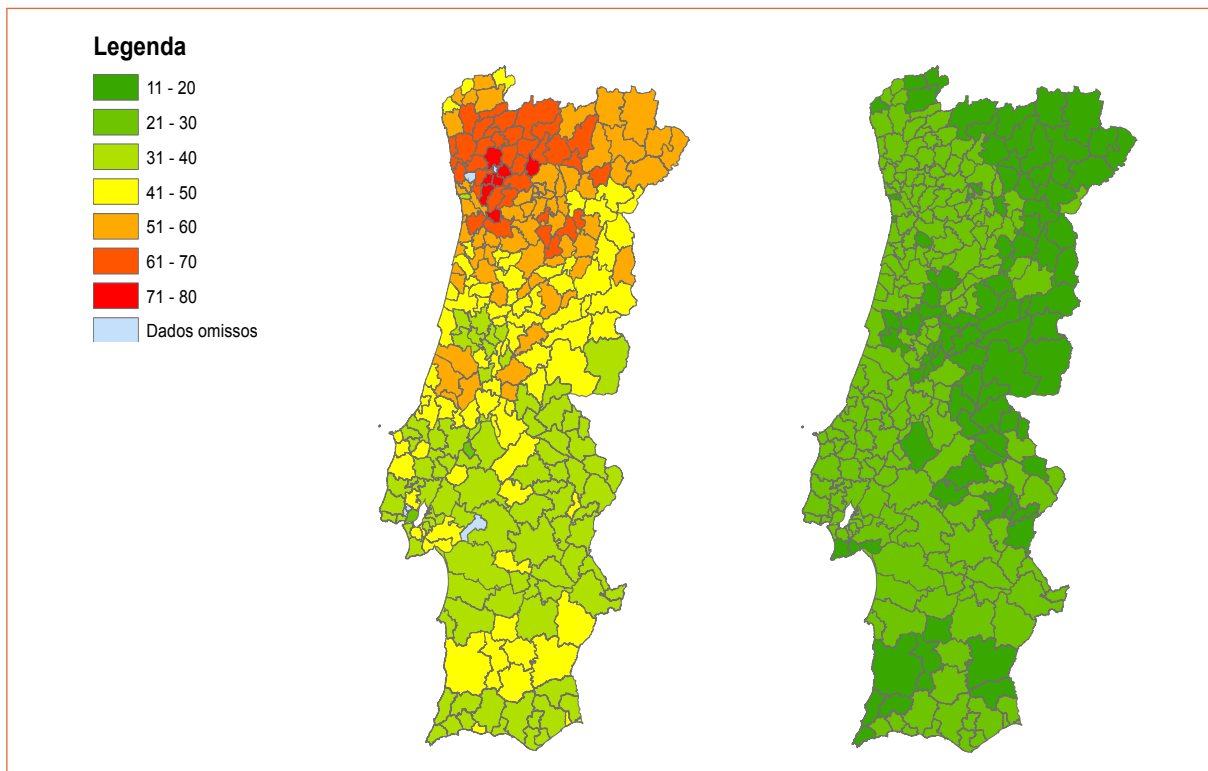


Fig. 10. Índice de Dependência de Jovens 1960 Fig. 11. Índice de Dependência de Jovens 2011 Fonte: INE

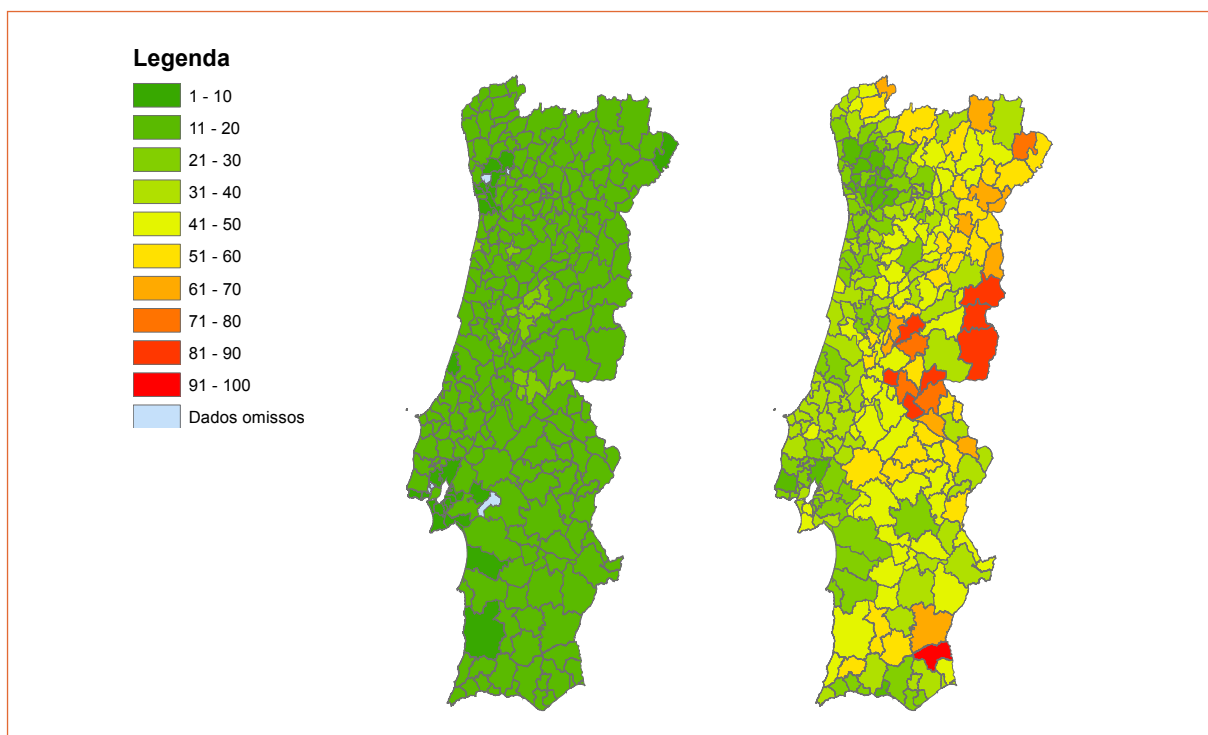


Fig. 12. Índice de Dependência de Idosos 1960 Fig. 13. Índice de Dependência de Idosos 2011 Fonte: INE

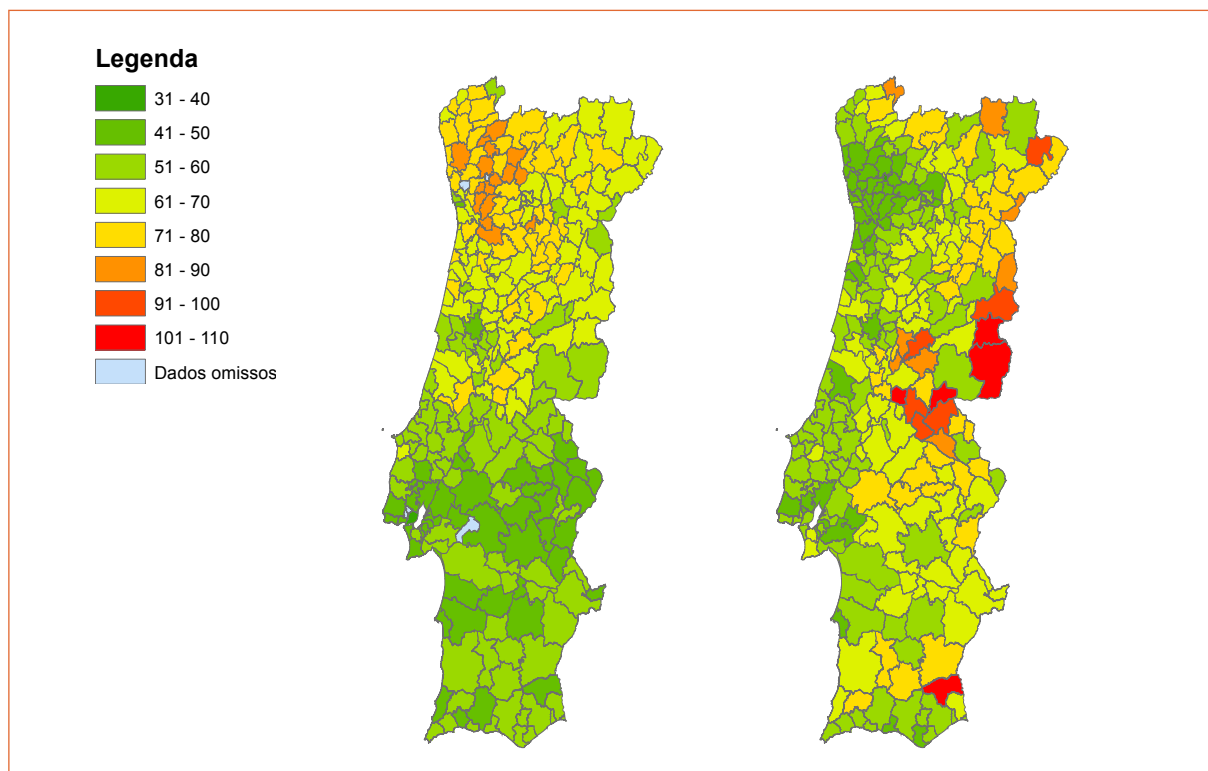


Fig. 14. Índice de Dependência Total 1960 Fig. 15. Índice de Dependência Total 2011 Fonte: INE

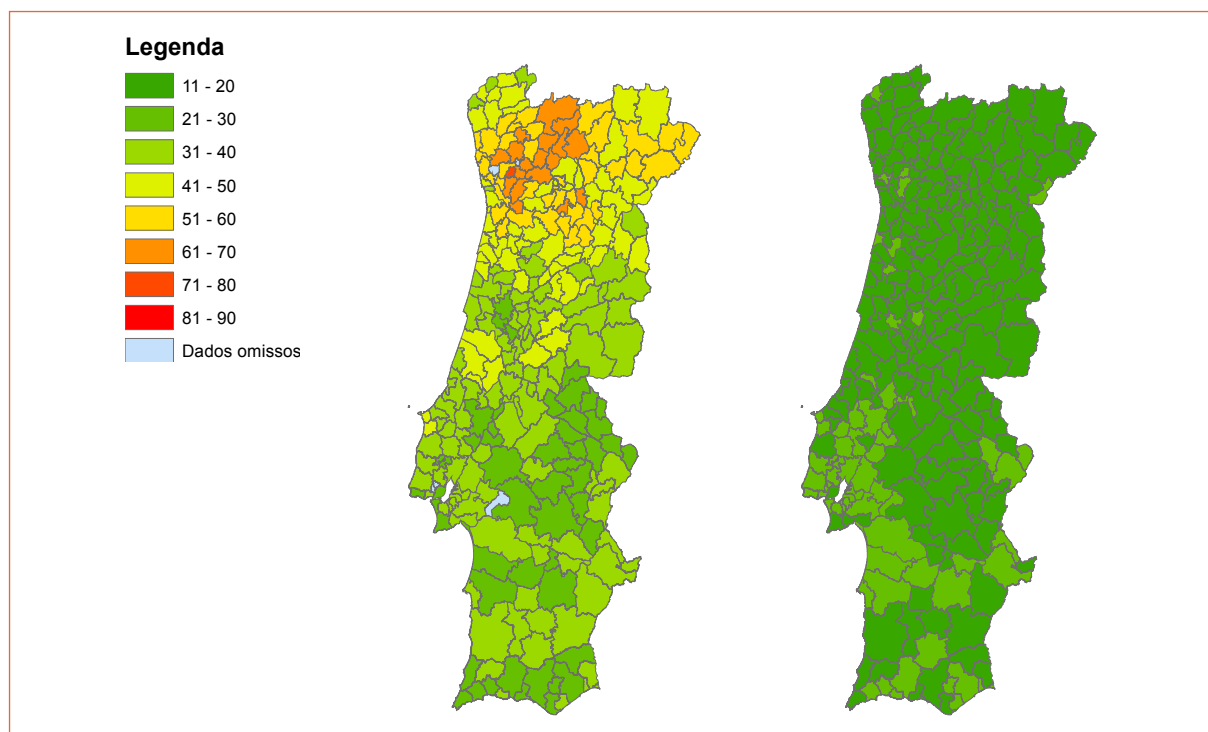


Fig. 16. Índice de Maternidade 1960 Fig. 17. Índice de Maternidade 2011 Fonte: INE

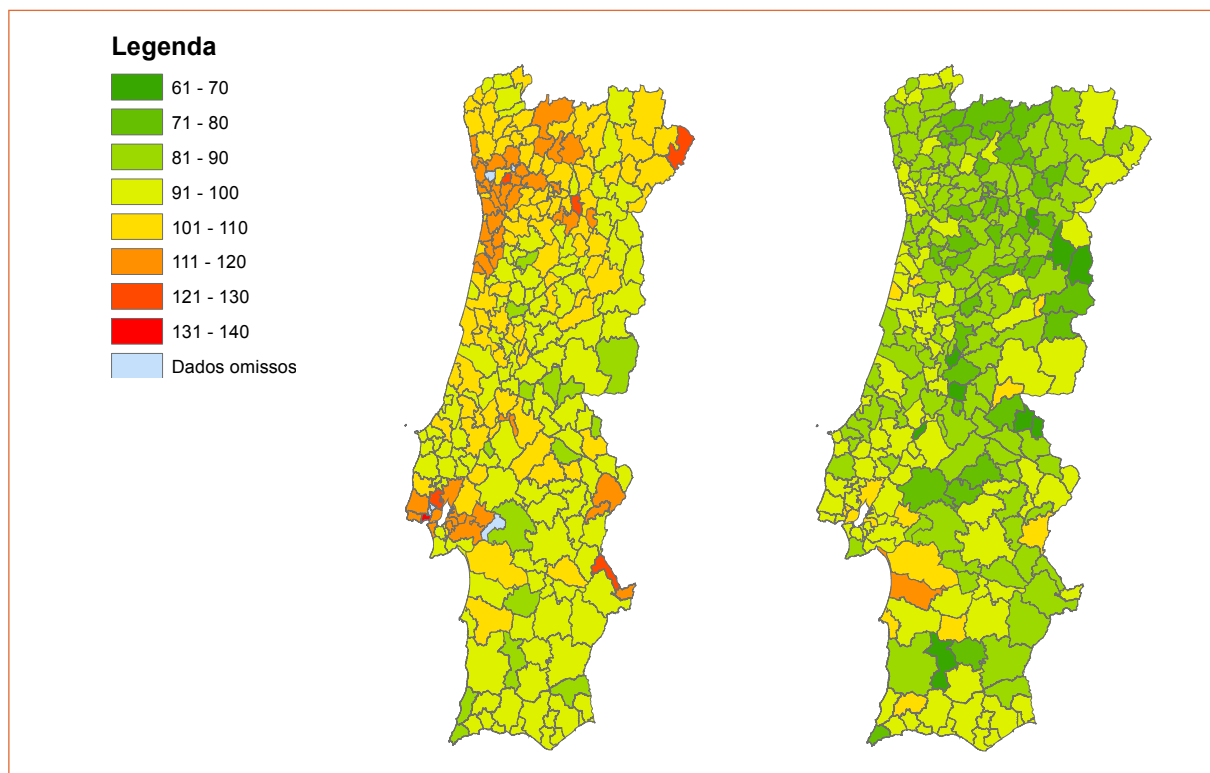


Fig. 18. Índice de Tendência 1960 Fig. 19. Índice de Tendência 2011 Fonte: INE

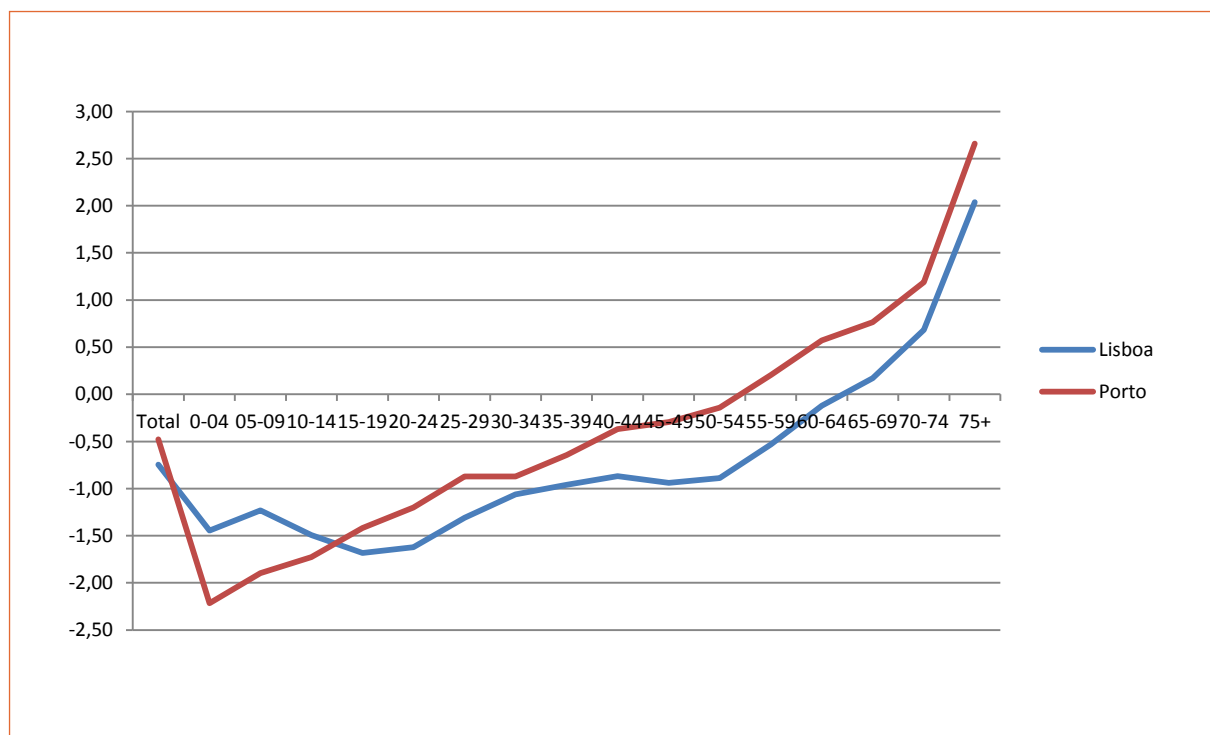


Fig. 20. Taxa de Crescimento Anual Médio das Capitais de Distrito 1960-2011 Fonte: INE

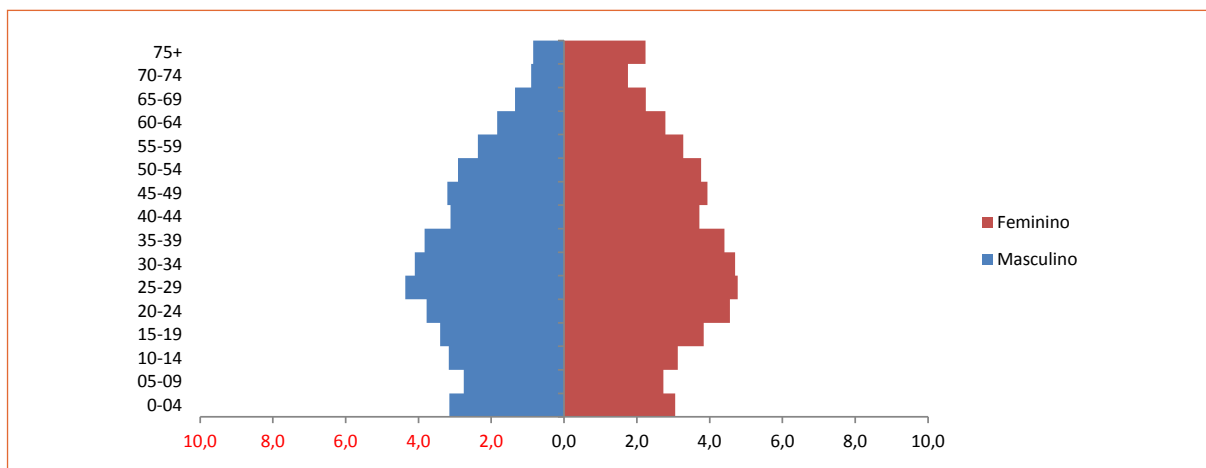


Fig. 21. Pirâmide Etária da Cidade de Lisboa 1960 Fonte: INE

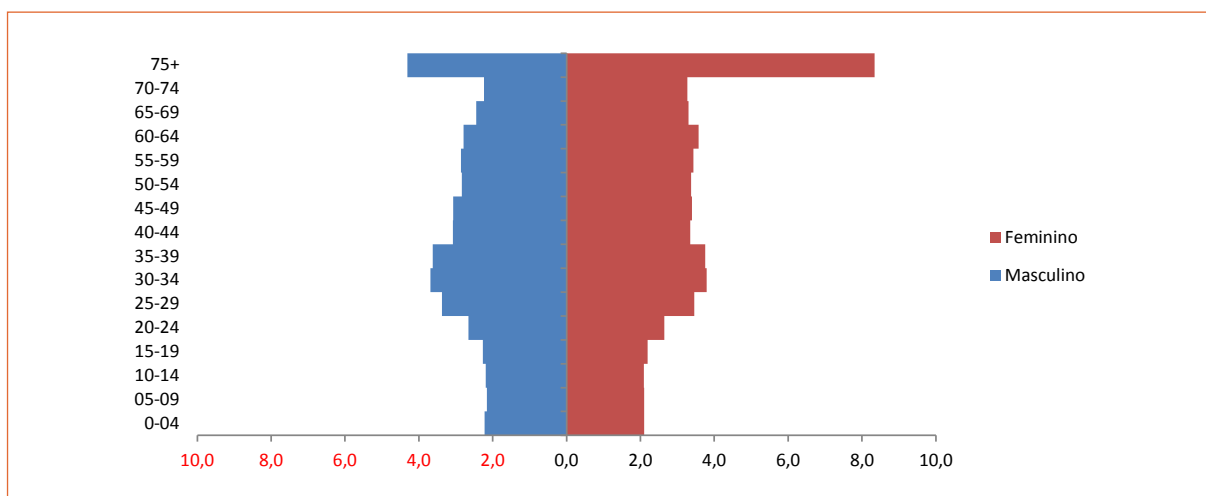


Fig. 22. Pirâmide Etária da Cidade de Lisboa 2011 Fonte: INE

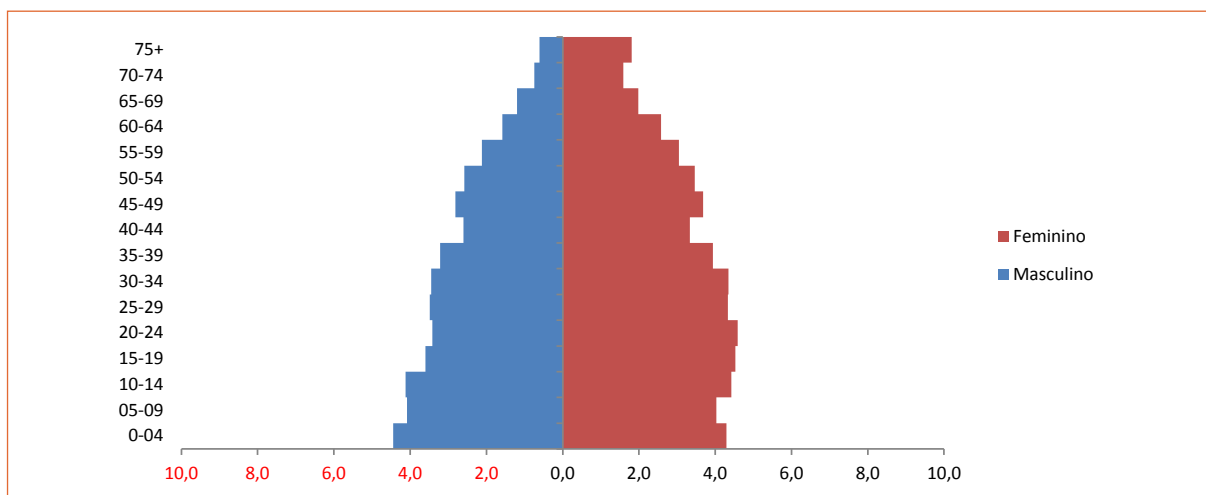


Fig. 23. Pirâmide Etária da Cidade do Porto 1960 Fonte: INE

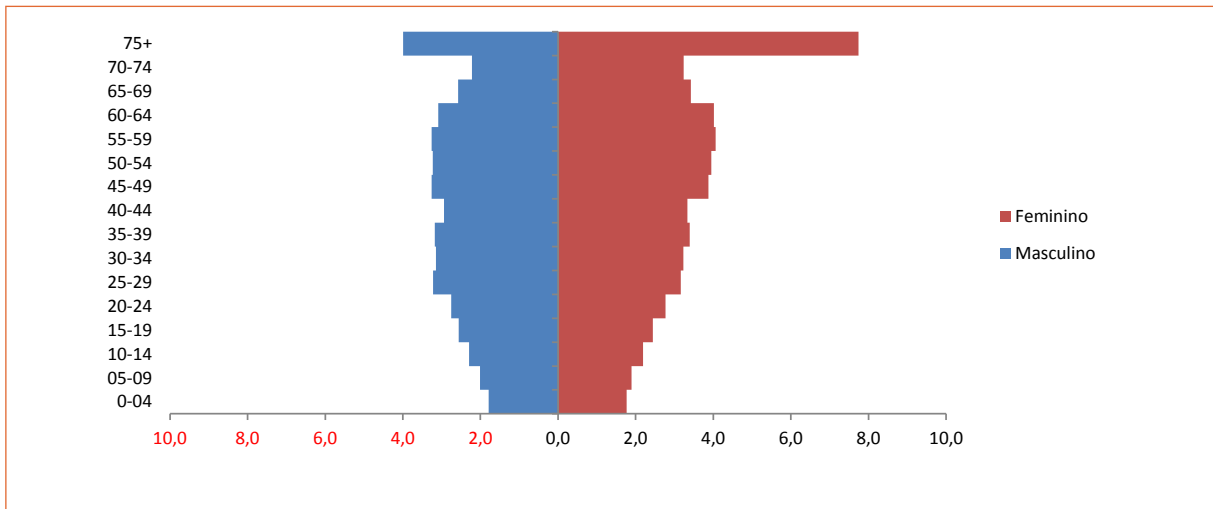


Fig. 24. Pirâmide Etária da Cidade do Porto 2011 Fonte: INE

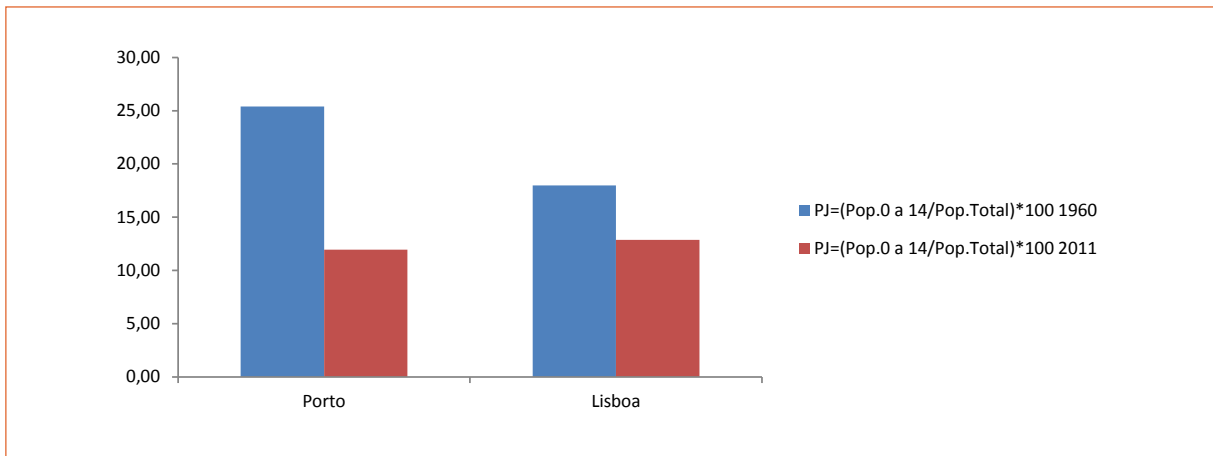


Fig. 25. Grupos Funcionais, Lisboa e Porto 1960-2011 Fonte: INE

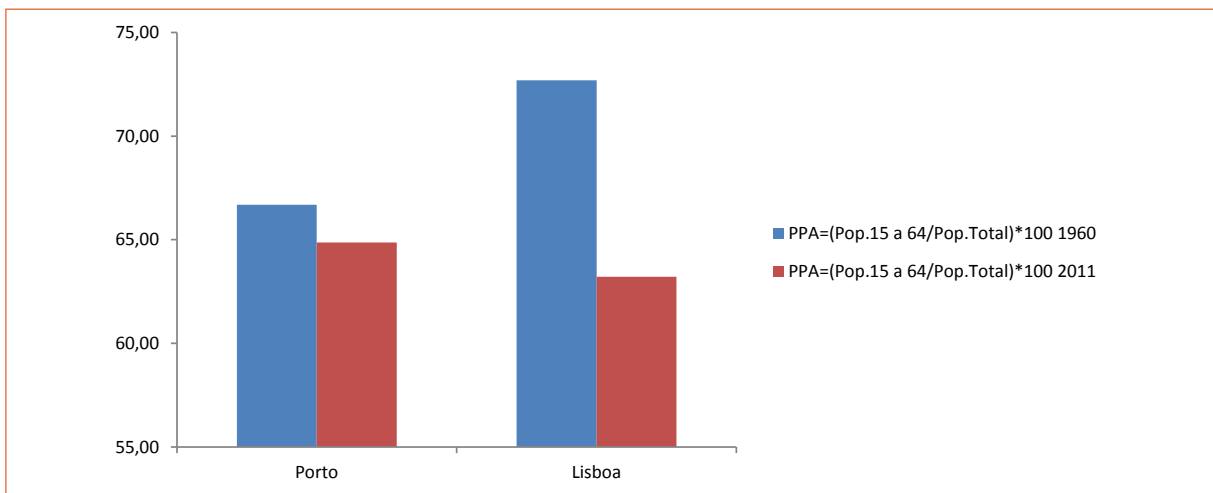


Fig. 26. População Potencialmente Ativa, Lisboa e Porto 1960-2011 Fonte: INE

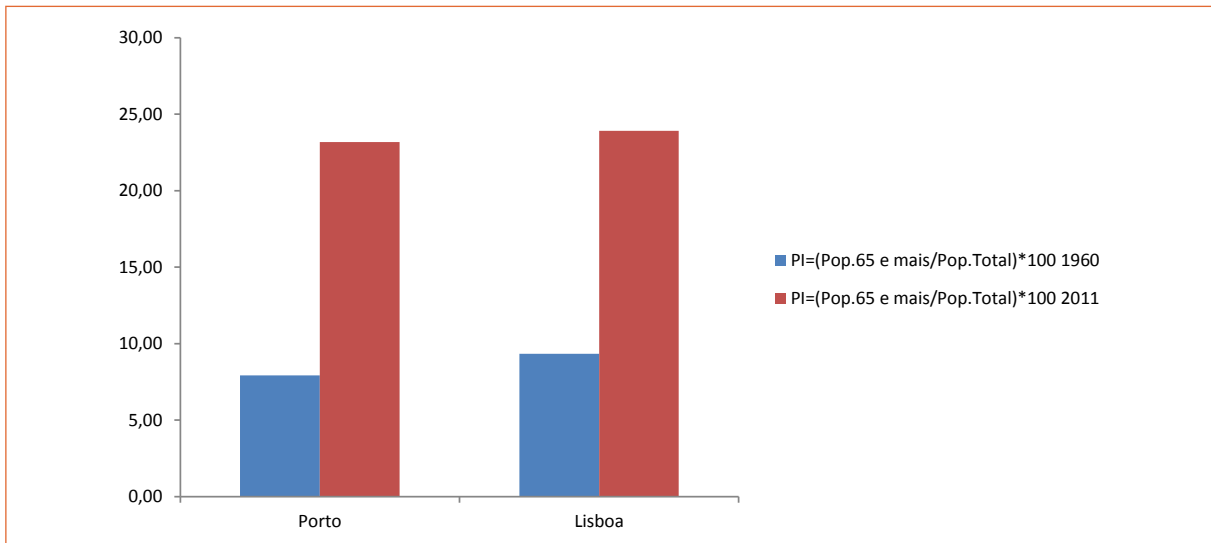


Fig. 27. População Idosa, Lisboa e Porto 1960-2011 Fonte: INE

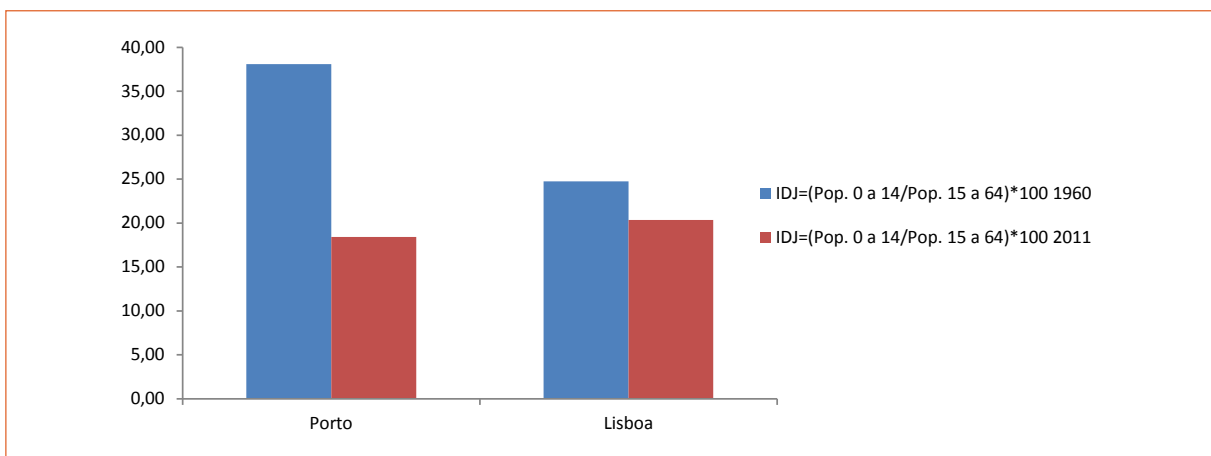


Fig. 28. Índice de dependência dos jovens =  $[0 \text{ a } 14 / 15 \text{ a } 64] \cdot 100$  Fonte: INE

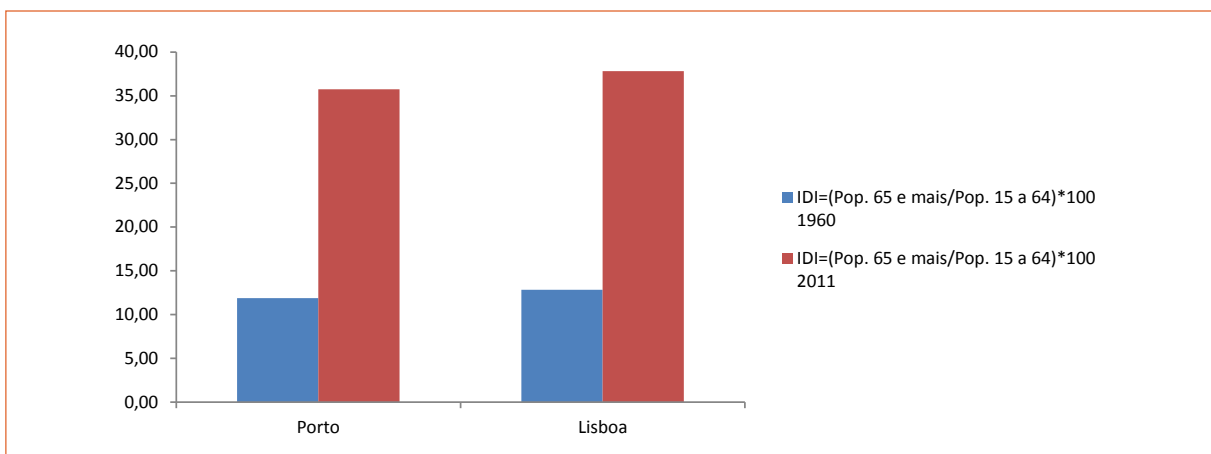
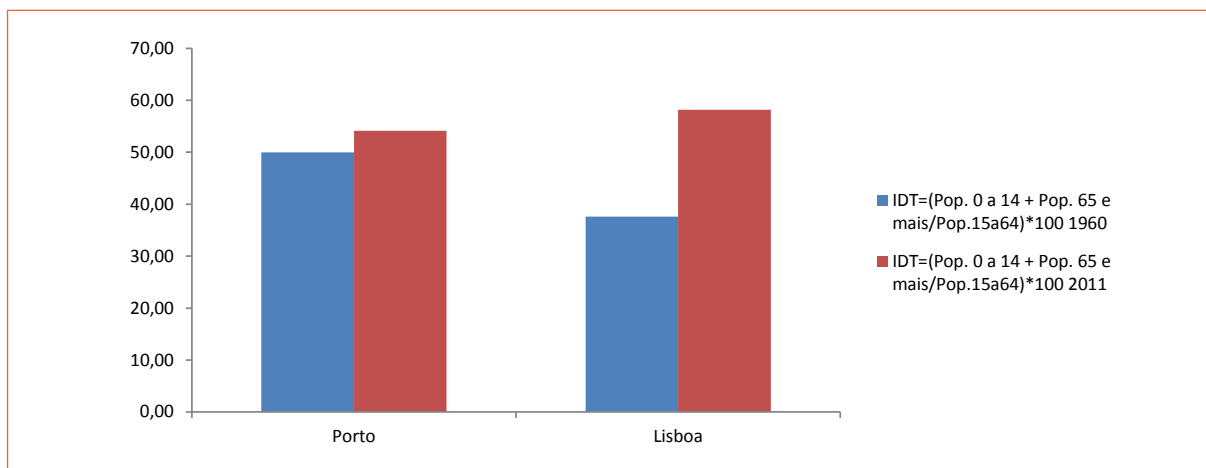
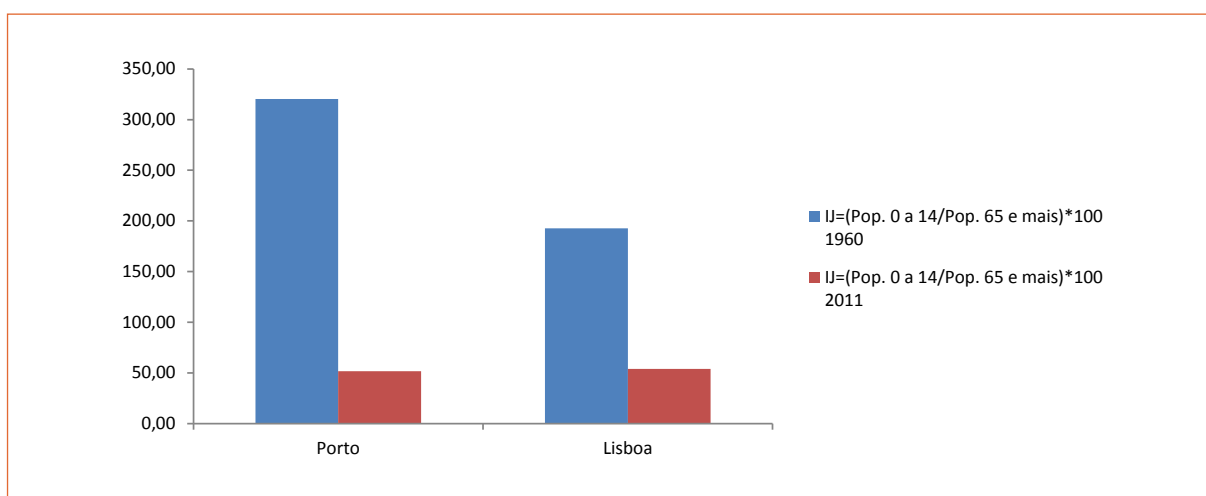


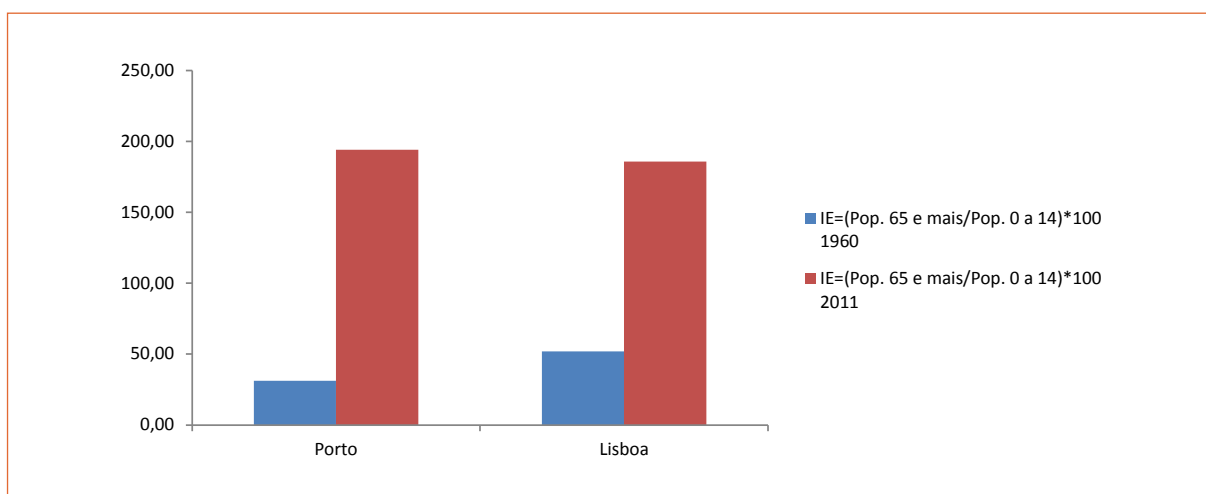
Fig. 29. Índice de dependência dos idosos =  $[65 \text{ e mais} / 15 \text{ a } 64] \cdot 100$  Fonte: INE



**Fig. 30.** Índice de dependência total =  $(0 \text{ a } 14 + 65 \text{ e mais anos} / 15 \text{ a } 64) * 100$  Fonte: INE



**Fig. 31.** Índice de juventude =  $(0 \text{ a } 14 / 65 \text{ e mais}) * 100$  Fonte: INE



**Fig. 32.** Índice de envelhecimento ou de vitalidade =  $(65 \text{ e mais anos} / 0 \text{ a } 14) * 100$  Fonte: INE

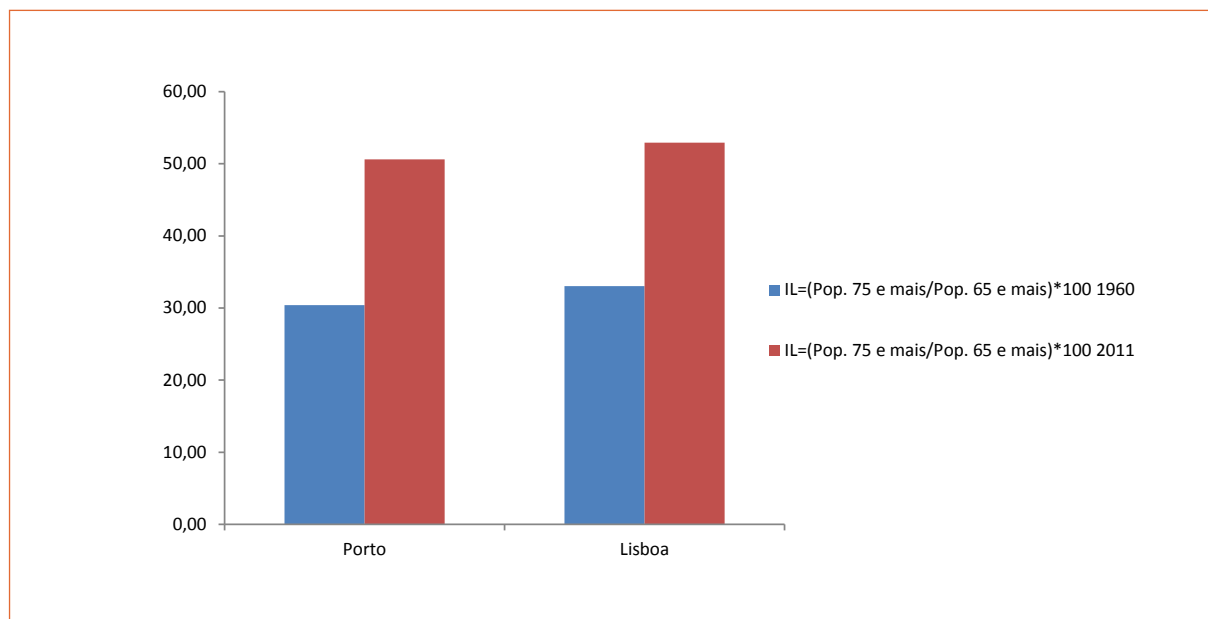


Fig. 33. Índice de longevidade =  $[\text{75 e mais} / \text{65 e mais}] * 100$  Fonte: INE

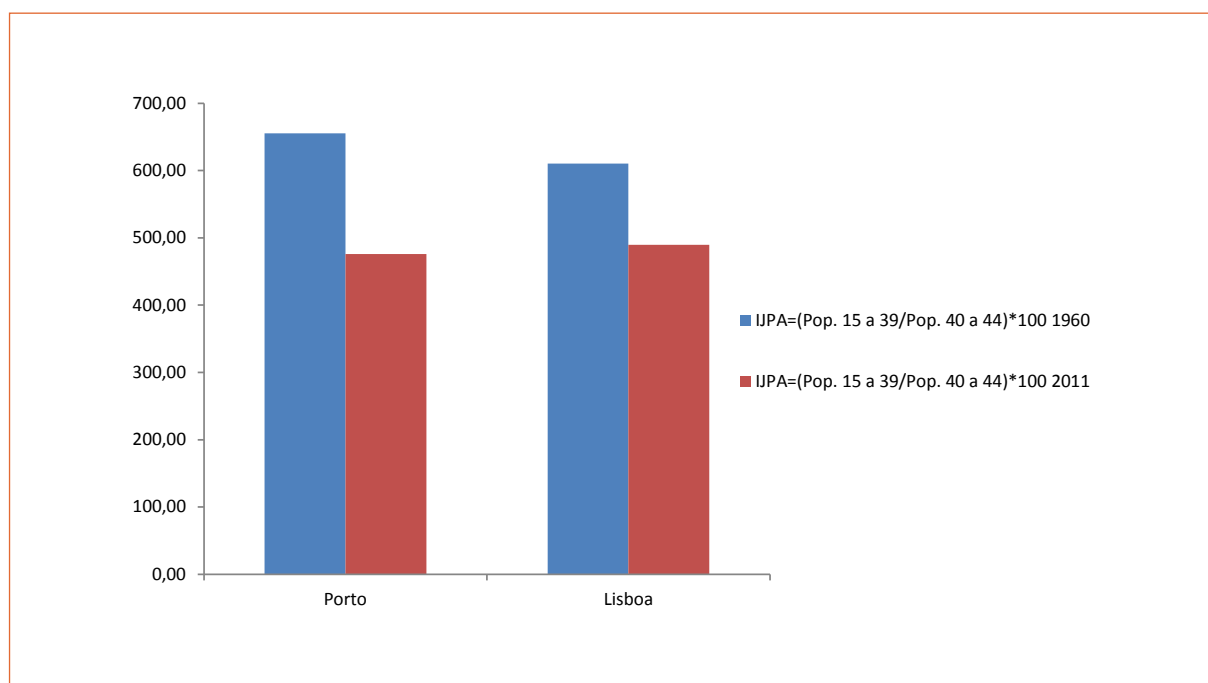
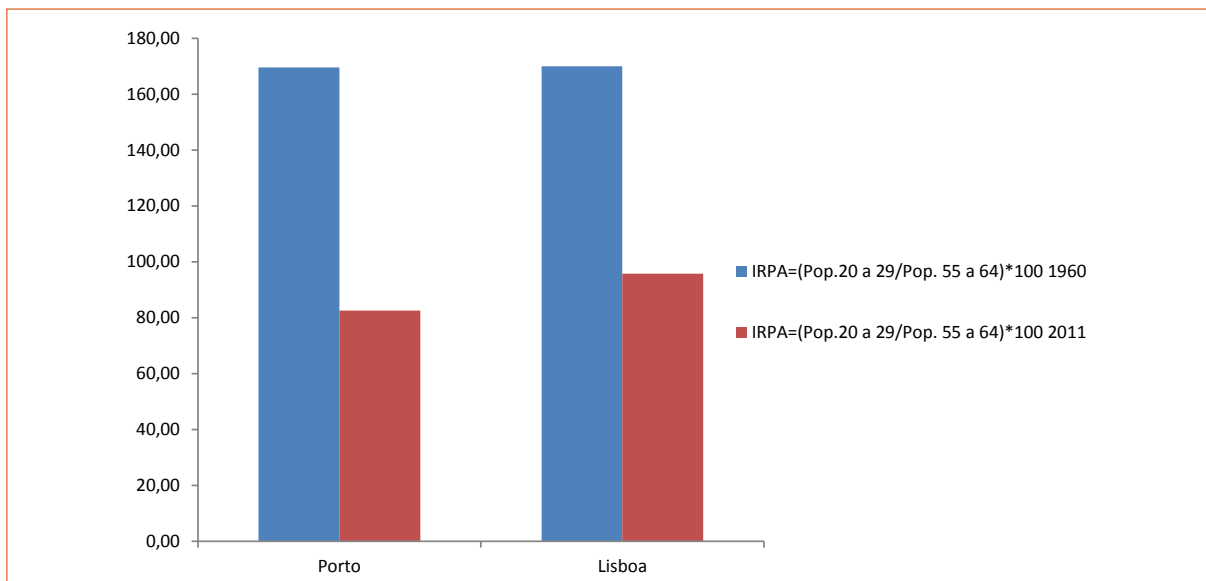
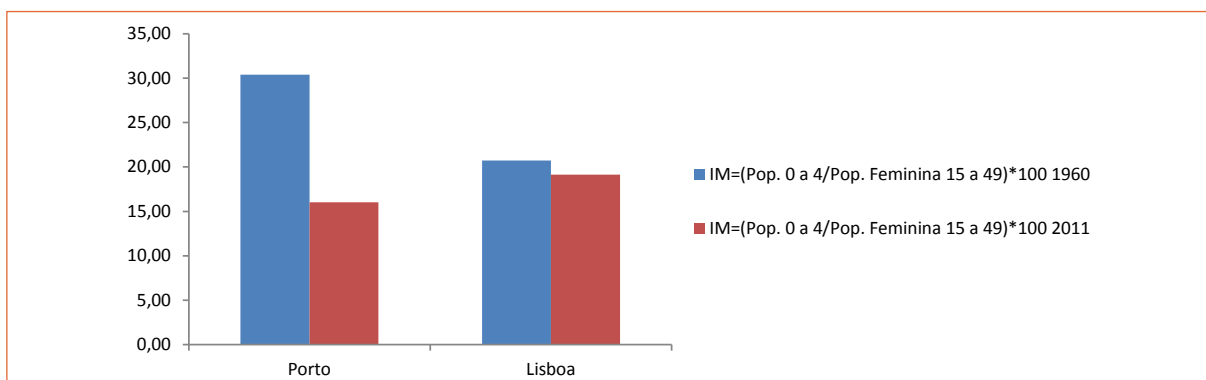


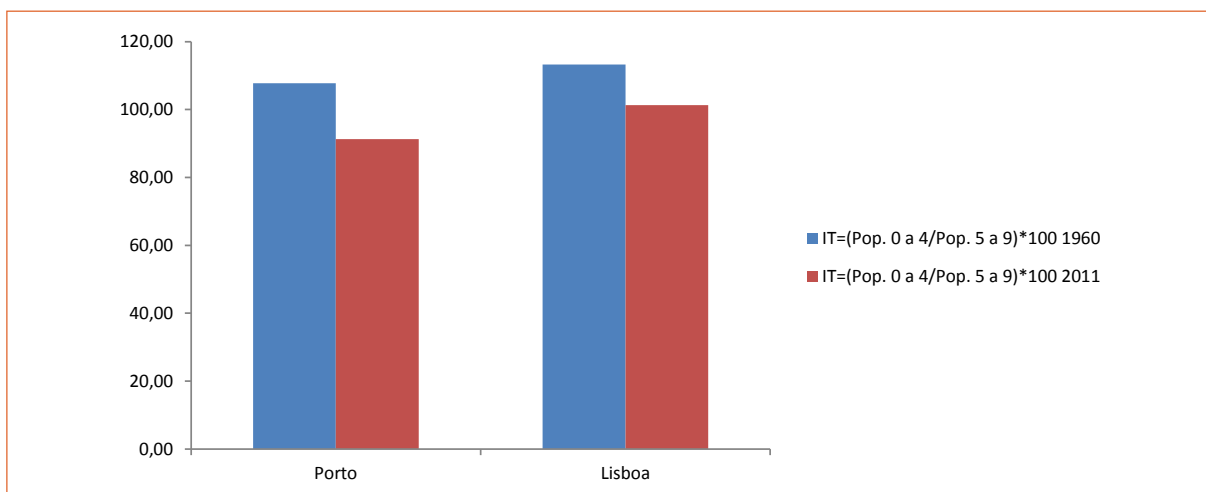
Fig. 34. Índice de juventude da população ativa =  $[\text{15 a 39} / \text{40 a 64}] * 100$  Fonte: INE



**Fig. 35.** Índice de renovação da população ativa =  $[(20 \text{ a } 29 / 55 \text{ a } 64) \cdot 100]$  Fonte: INE



**Fig. 36.** Índice de maternidade =  $[(0 \text{ a } 4 / 15 \text{ a } 49 \text{ feminina}) \cdot 100]$  Fonte: INE



**Fig. 37.** Índice de maternidade =  $[(0 \text{ a } 4 / 15 \text{ a } 49 \text{ feminina}) \cdot 100]$  Fonte: INE

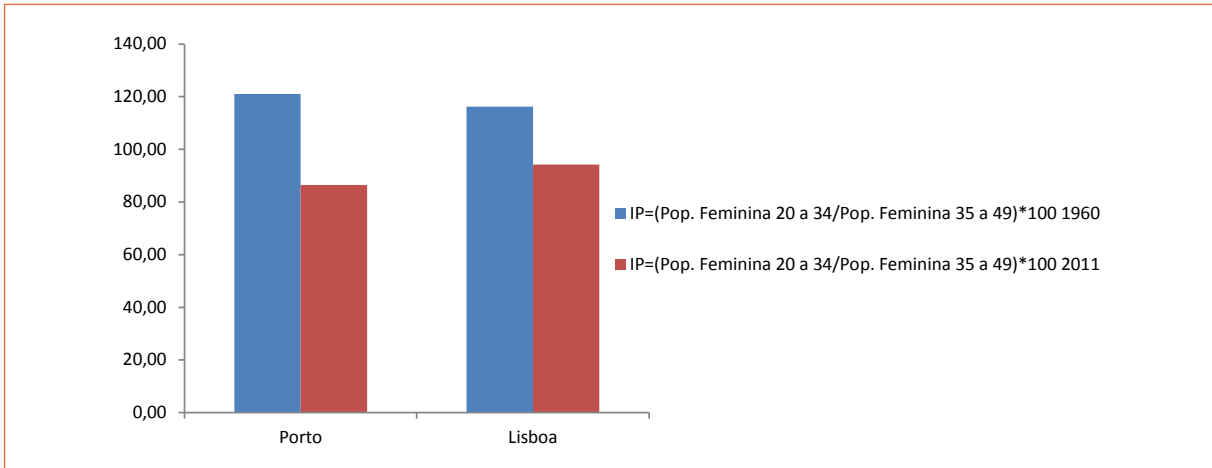


Fig. 38. Índice de potencialidade = (20 a 34 feminina / 35 a 49 feminina) \*100 Fonte: INE

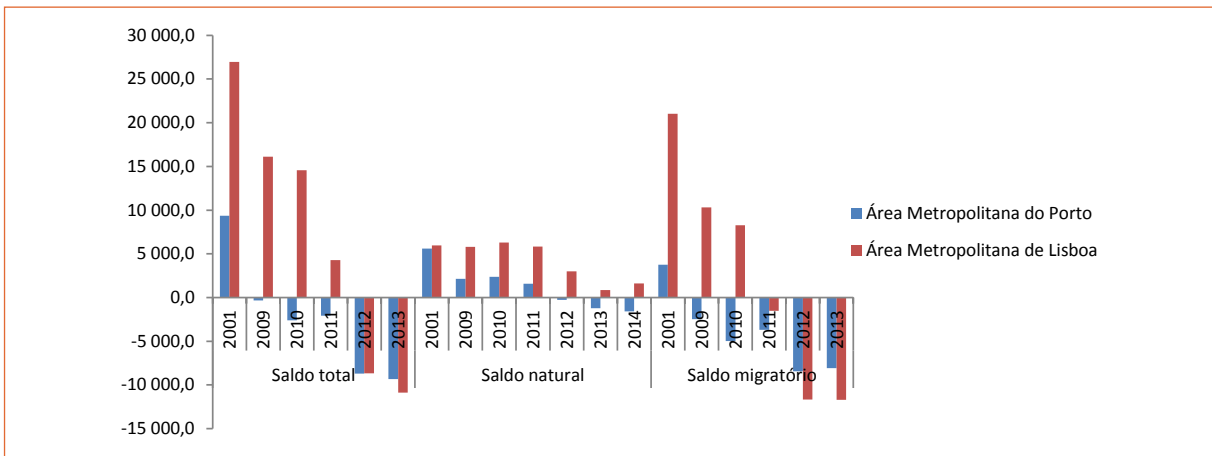


Fig. 39. Saldos demográficos Áreas Metropolitanas 2001-2013 Fonte: INE

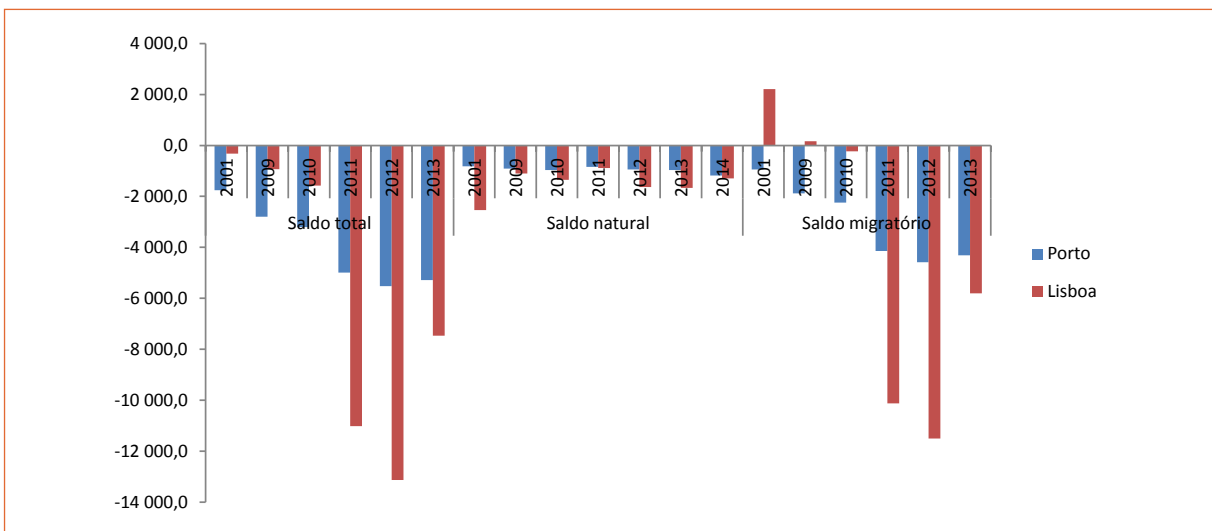


Fig. 40. Saldos demográficos Cidades Lisboa e Porto 2001-2013 Fonte: INE